

# SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA – SESI

## Departamento Regional da Bahia

Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2017 e de  
2016 acompanhadas do Relatório dos Auditores  
Independentes

### CONTEÚDO:

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Quadro I - Balanços Patrimoniais

Quadro II - Balanços Financeiros

Quadro III - Balanço Orçamentário

Quadro IV - Demonstrações das Variações Patrimoniais

Quadro V - Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Quadro VI - Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Quadro VII - Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis



## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

---

Aos Diretores do  
SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA – SESI  
DEPARTAMENTO REGIONAL DA BAHIA

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Serviço Social da Indústria, Departamento Regional da Bahia - SESI/DR/BA (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e os respectivos balanços financeiro e orçamentário e as demonstrações das variações patrimoniais, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Serviço Social da Indústria, Departamento Regional da Bahia - SESI/DR/BA em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em conformidade com os dispositivos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em conformidade com os dispositivos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos nossos exames sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, e também se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluíssemos que existe incerteza relevante, chamaríamos atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluiríamos modificação em nossa opinião, se as divulgações fossem



inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador (BA), 08 de fevereiro de 2018.

PERFORMANCE AUDITORIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL S/S  
CRC-2BA – 00710/O

JOSÉ RENATO MENDONÇA  
CONTADOR – CRC-1BA 9.749/O-9



SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - SESI - DEPARTAMENTO REGIONAL DA BAHIA  
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016  
(Valores em milhares de Reais)

<u>ATIVO</u>	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (nota 3)	129.981	113.641
Contas a receber (nota 4)	8.142	6.256
Receitas a receber – arrecadação (nota 5)	15.830	15.170
Departamento Nacional - conta movimento (nota 6)	3.065	3.177
Convênios e acordos	206	718
Tributos a recuperar	595	512
Estoques	308	285
Outros	3.958	4.181
Total do ativo circulante	<u>162.085</u>	<u>143.940</u>
Não circulante		
Planprev - Fundo de Previdência (nota 13)	2.059	-
Depósitos judiciais	1.023	700
Outros créditos e valores	67	57
Imobilizado (nota 7)	357.270	347.177
Intangível	548	966
Total do ativo não circulante	<u>360.967</u>	<u>348.900</u>
TOTAL DO ATIVO	<u><u>523.052</u></u>	<u><u>492.840</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - SESI - DEPARTAMENTO REGIONAL DA BAHIA  
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016  
(Valores em milhares de Reais)

<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Circulante		
Fornecedores (nota 8)	11.962	8.480
Empréstimos e financiamentos	17	17
Impostos, taxas e contribuições	848	835
Salários, provisões e encargos a pagar (nota 9)	6.149	7.043
Retenções e depósitos em garantia	1.125	3.950
Departamento Nacional - conta movimento (nota 6)	6.365	6.580
Sistema CNI - conta movimento	9.179	10.130
Convênios e acordos (nota 10)	6.485	6.521
Faturamento para prestação de serviço futuro (nota 11)	4.080	3.288
Outros	112	80
Total do passivo circulante	<u>46.322</u>	<u>46.924</u>
Não circulante		
Provisão para contingências (nota 12)	7.665	6.385
Outros	843	843
Total do passivo não circulante	<u>8.508</u>	<u>7.228</u>
Patrimônio líquido		
Patrimônio social	302.069	277.643
Ajuste de avaliação patrimonial	136.619	140.568
Superávit do exercício	29.534	20.477
Total do patrimônio líquido	<u>468.222</u>	<u>438.688</u>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<u><u>523.052</u></u>	<u><u>492.840</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - SESI - DEPARTAMENTO REGIONAL DA BAHIA  
BALANÇOS FINANCEIROS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E  
DE 2016  
(Valores em milhares de Reais)

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Receitas		
Orçamentárias		
Receitas correntes		
Receitas de contribuições	124.107	123.047
Receitas de serviços (nota 15)	59.790	47.280
Receitas financeiras	11.028	14.525
Apoios financeiros	11.639	8.740
Convênios	1.268	1.703
Outras receitas correntes (nota 16)	6.175	2.200
Total das receitas correntes	<u>214.007</u>	<u>197.495</u>
Receitas de capital		
Subvenções e auxílios	737	307
Total das receitas de capital	<u>737</u>	<u>307</u>
Extra orçamentárias		
Aumento do passivo financeiro	5.604	8.325
Diminuição do ativo financeiro	1.135	13.047
Variações financeiras ativas	4.639	6.013
Outras variações	464	14
Total das receitas extra orçamentárias	<u>11.842</u>	<u>27.399</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período (nota 3)	113.641	125.374
Total	<u><u>340.227</u></u>	<u><u>350.575</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - SESI - DEPARTAMENTO REGIONAL DA BAHIA  
BALANÇOS FINANCEIROS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE  
2016

(Valores em milhares de Reais)

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Despesas		
Orçamentárias		
Despesas correntes		
Pessoal e encargos sociais, bolsistas e estagiários	92.220	90.447
Serviços de terceiros	50.611	47.333
Contribuições, transferências regulamentares e regimentais	9.888	9.761
Ocupações e utilidades	7.316	8.212
Materiais	6.927	5.350
Transportes e viagens	1.831	1.073
Auxílios a terceiros	143	229
Impostos, taxas e contribuições	364	451
Despesas financeiras	2.929	2.151
Convênios	42	20
Material de distribuição gratuita	81	47
Despesas diversas	2.426	2.417
Total das despesas correntes	<u>174.778</u>	<u>167.491</u>
Despesas de capital		
Inversões financeiras	12	14
Investimentos - aquisição de imobilizado e intangível	17.602	37.363
Total das despesas de capital	<u>17.614</u>	<u>37.377</u>
Extra orçamentárias		
Aumento no ativo financeiro	5.330	3.572
Diminuição do passivo financeiro	4.926	17.551
Variações financeiras passivas	7.598	10.943
Total das despesas extra orçamentárias	<u>17.854</u>	<u>32.066</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do período (nota 3)	129.981	113.641
Total	<u><u>340.227</u></u>	<u><u>350.575</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.





SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - SESI - DEPARTAMENTO REGIONAL DA BAHIA  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017  
(Valores em milhares de Reais)

	Previsão para o ano de 2017 (*)	Receitas realizadas no período	Saldo
Receitas			
Receitas correntes			
Receitas correntes próprias			
Receitas de contribuições	117.843	124.107	6.264
Receitas de serviços	60.278	59.790	(488)
Receitas financeiras	11.793	11.028	(765)
Outras receitas correntes	1.800	6.175	4.375
Transferências correntes			
Convênios	885	1.268	383
Apoios financeiros	13.879	11.639	(2.240)
Total das receitas correntes	<u>206.478</u>	<u>214.007</u>	<u>7.529</u>
Receitas de capital			
Transferências de capital			
Subvenções e auxílios	42	737	695
Total das receitas de capital	<u>42</u>	<u>737</u>	<u>695</u>
Total	<u>206.520</u>	<u>214.744</u>	<u>8.224</u>

(\*) Conforme proposta de retificação orçamentária aprovada em 25 de maio de 2017, pelo Conselho Regional, com vigência a partir de 1º de julho de 2017. As premissas relativas à proposta orçamentária, dadas a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - SESI - DEPARTAMENTO REGIONAL DA BAHIA  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017  
(Valores em milhares de Reais)

	Previsão para o ano de 2017 (*)	Despesas realizadas no período	Saldo
Despesas			
Despesas correntes			
Aplicações diretas			
Pessoal e encargos sociais	97.840	92.220	(5.620)
Serviços de terceiros	55.514	50.611	(4.903)
Ocupações e utilidades	7.011	7.316	305
Materiais	7.192	6.927	(265)
Transportes e viagens	1.757	1.831	74
Impostos, taxas e contribuições	418	364	(54)
Despesas financeiras	2.612	2.929	317
Material de distribuição gratuita	123	81	(42)
Despesas diversas	2.301	2.426	125
Transferências correntes			
Contribuições, transferências regulamentares e regimentais	9.377	9.888	511
Convênios	4	42	38
Auxílios a terceiros	56	143	87
Contribuição associativa e filiação	2	-	(2)
Total das despesas correntes	184.207	174.778	(9.429)
Despesas de capital			
Aplicações diretas			
Investimentos - aquisição de imobilizado e intangível	22.301	17.602	(4.699)
Inversões financeiras	12	12	-
Total das despesas de capital	22.313	17.614	(4.699)
Total das despesas	206.520	192.392	(14.128)
Superávit orçamentário	-	22.352	22.352
Total das despesas orçamentárias	206.520	214.744	8.224

(\*) Conforme proposta de retificação orçamentária aprovada em 25 de maio de 2017, pelo Conselho Regional, com vigência a partir de 1º de julho de 2017. As premissas relativas à proposta orçamentária, dadas a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - SESI - DEPARTAMENTO REGIONAL DA BAHIA  
DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31  
DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016  
(Valores em milhares de Reais)

	31.12.2017	31.12.2016
Receitas		
Resultantes da execução orçamentária		
Receitas correntes		
Receitas de contribuições	124.107	123.047
Receitas de serviços (nota 15)	59.790	47.280
Receitas financeiras	11.028	14.525
Apoios financeiros	11.639	8.740
Convênios	1.268	1.703
Outras receitas correntes	6.175	2.200
Total das receitas correntes	214.007	197.495
Receitas de capital		
Subvenções e auxílios	737	307
Total das receitas de capital	737	307
Mutações patrimoniais		
Variações patrimoniais ativas		
Aquisição de bens móveis	4.172	3.730
Aquisição de bens intangíveis	1.518	405
Construções em andamento	10.418	32.406
Instalações	1.009	754
Benfeitorias em imóveis de terceiros	485	67
Outras variações patrimoniais	12	14
Total das mutações patrimoniais	17.614	37.376
Total resultante da execução orçamentária	232.358	235.178
Independente da execução orçamentária		
Incorporação de bens imóveis	-	2.328
Baixa de depreciação de bens imóveis	923	-
Baixa de depreciação de bens móveis	2.582	75
Variações financeiras ativas		
Créditos a receber	1.615	2.223
Cancelamentos	3.025	3.790
Outras	452	
Total independente da execução orçamentária	8.597	8.416
Total	240.955	243.594



SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - SESI - DEPARTAMENTO REGIONAL DA BAHIA  
DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE  
DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016  
(Valores em milhares de Reais)

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Despesas		
Resultantes da execução orçamentária		
Despesas correntes		
Pessoal e encargos sociais	92.220	90.447
Serviços de terceiros	50.611	47.333
Contribuições, transferências regulamentares e regimentais	9.888	9.761
Ocupações e utilidades	7.316	8.212
Materiais	6.927	5.350
Transportes e viagens	1.831	1.073
Auxílios a terceiros	143	229
Impostos taxas e contribuições	364	451
Despesas financeiras	2.929	2.151
Convênios	42	20
Material de distribuição gratuita	81	47
Contribuição associativa e filiação	-	-
Despesas diversas	2.426	2.417
Total das despesas correntes	<u>174.778</u>	<u>167.491</u>
Despesas de capital		
Inversões financeiras	12	14
Investimentos	17.602	37.363
Total das despesas de capital	<u>17.614</u>	<u>37.377</u>
Total resultante da execução orçamentária	<u>192.392</u>	<u>204.868</u>
Independente de execução orçamentária		
Variações patrimoniais passivas		
Baixa de bens imóveis	3.133	645
Baixa de bens móveis	2.718	85
Inscrição de depreciação de bens imóveis (nota 7)	1.313	2.159
Inscrição de depreciação de bens móveis (nota 7)	3.740	3.766
Inscrição de amortização de bens intangíveis	478	478
Outras variações patrimoniais	49	173
Total das variações patrimoniais passivas	<u>11.431</u>	<u>7.306</u>



SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - SESI - DEPARTAMENTO REGIONAL DA BAHIA  
DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE  
DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016  
(Valores em milhares de Reais)

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Variações financeiras passivas		
Disponível	-	7
Créditos a receber	3.851	6.101
Outras obrigações a pagar	<u>3.747</u>	<u>4.835</u>
Total das variações financeiras passivas	<u>7.598</u>	<u>10.943</u>
Total independente da execução orçamentária	<u>19.029</u>	<u>18.249</u>
Superávit do período	29.534	20.477
Total	<u><u>240.955</u></u>	<u><u>243.594</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



## QUADRO V

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - SESI - DEPARTAMENTO REGIONAL DA BAHIA  
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM  
31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016  
(Valores em milhares de Reais)

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Superávit do período	29.534	20.477
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do período	<u>29.534</u>	<u>20.477</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



## QUADRO VI

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - SESI - DEPARTAMENTO REGIONAL DA BAHIA  
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016  
(Valores em milhares de Reais)

	<u>Patrimônio social</u>	<u>Ajuste de avaliação patrimonial</u>	<u>Superávit do período</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>226.010</u>	<u>145.175</u>	<u>47.026</u>	<u>418.211</u>
Incorporação do superávit do período	47.026	-	(47.026)	-
Realização do custo atribuído (deemed cost)	4.607	(4.607)	-	-
Superávit do período	-	-	20.477	20.477
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>277.643</u>	<u>140.568</u>	<u>20.477</u>	<u>438.688</u>
Incorporação do superávit do período	20.477	-	(20.477)	-
Realização do custo atribuído (deemed cost)	3.949	(3.949)	-	-
Superávit do período	-	-	29.534	29.534
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>302.069</u>	<u>136.619</u>	<u>29.534</u>	<u>468.222</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - SESI - DEPARTAMENTO REGIONAL DA BAHIA  
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE  
DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016  
(Valores em milhares de Reais)

	31.12.2017	31.12.2016
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Superávit do período	29.534	20.477
Ajustes para reconciliar o superávit do exercício com os recursos provenientes das atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	5.531	6.403
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.056	1.190
Provisão para perda estimada por redução ao valor recuperável de tributos a recuperar	(547)	45
Outras provisões	-	843
Bens imóveis doados	-	(500)
Planprev - Fundo de Previdência (nota 13)	(2.659)	-
Valor residual do ativo imobilizado baixado (nota 7)	2.458	655
Provisão para contingências	1.280	(1.120)
	<u>36.653</u>	<u>27.993</u>
<b>Variações do ativo</b>		
Contas a receber	(2.942)	(2.300)
Receitas a receber – arrecadação	(660)	(2.366)
Departamento Nacional - conta movimento	112	11.141
Convênios e acordos	512	885
Tributos a recuperar	464	(289)
Estoques	(23)	-
Outros ativos	223	(943)
Depósitos judiciais	(323)	360
Planprev – Fundo de Previdência (Nota 13)	600	-
Outros créditos e valores	(10)	(15)
	<u>(2.047)</u>	<u>6.473</u>
<b>Variações do passivo</b>		
Fornecedores	3.482	(12.293)
Impostos, taxas e contribuições	13	(130)
Salários, provisões e encargos a pagar	(894)	(934)
Retenções e depósitos em garantia	(2.825)	(768)
Departamento Nacional - conta movimento	(215)	2.091
Sistema CNI - conta movimento	(951)	5.768
Convênios e acordos	(36)	(2.145)
Faturamento para prestação de serviço futuro	792	1.267
Outras contas a pagar	32	(37)
	<u>(602)</u>	<u>(7.181)</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	<u>34.004</u>	<u>27.285</u>





SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - SESI - DEPARTAMENTO REGIONAL DA BAHIA  
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016  
(Valores em milhares de Reais)

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Adições ao ativo imobilizado e intangível (nota 7)	<u>(17.664)</u>	<u>(39.018)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento	<u>(17.664)</u>	<u>(39.018)</u>
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>16.340</u>	<u>(11.733)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	113.641	125.374
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	129.981	113.641
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>16.340</u>	<u>(11.733)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - SESI - DEPARTAMENTO REGIONAL DA BAHIA  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016  
(Valores em milhares de Reais, centavos omitidos)

---

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Serviço Social da Indústria - Sesi - Departamento Regional da Bahia ("Entidade") é uma "Entidade" de direito privado, organizada e administrada pela Confederação Nacional da Indústria, nos termos do Decreto-lei nº 9.403, de 25 de junho de 1946, e tem por objetivo estudar, planejar e executar medidas que contribuam, diretamente, para o bem-estar social dos trabalhadores na indústria e nas atividades assemelhadas, concorrendo para a melhoria do padrão de vida no País.

O Decreto nº 6.637, de 05 de novembro de 2008, que alterou o regulamento do Sesi, estabeleceu que 2/3 (dois terços) da receita líquida da contribuição compulsória fosse vinculada para vagas gratuitas em cursos e programas de educação profissional para pessoas de baixa renda. Essa vinculação foi feita de forma escalonada, iniciando em 2009 e atingindo o percentual máximo em 2014.

A "Entidade", nos termos dos artigos 12 e 13 da Lei nº 2.613, de 23 de setembro de 1955, na condição de prestadora de serviços sociais autônomos, goza de imunidade tributária em relação aos impostos federais, estaduais e municipais.

No que se refere à Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, a "Entidade" não apura lucro. Portanto, não está sujeita às regras da Lei nº 7.689/88, artigos 1º e 2º, Lei nº 10.833/2003 e IN nº 1.234/2012, art. 4º, inciso VI.

A contribuição para o PIS/PASEP é calculada sobre a folha de pagamento, de acordo com o Decreto nº 4.524, de 17 de dezembro de 2002, artigo 9º, inciso VI. Além disso, conforme o artigo 46, deste Decreto, incisos I e II, as entidades relacionadas no artigo 9º, inseridos os serviços sociais autônomos, não contribuem para o PIS/PASEP sobre faturamento e são isentos da COFINS.

## 2. BASE PARA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da "Entidade" são preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em conformidade com os dispositivos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e segundo a padronização e as peculiaridades do Plano de Contas e Manual de Padronização Contábil do Sistema Indústria, aprovado pelo Conselho Nacional do Sesi.

A Administração da "Entidade" autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis em 08 de fevereiro de 2018.



As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

#### 2.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da “Entidade”. Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

#### 2.2 Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da: (a) perda estimada em créditos de liquidação duvidosa; e (b) provisão para contingências.

#### 2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Estão representados por saldos em caixa, contas bancárias disponíveis e aplicações financeiras com liquidez imediata, em montante sujeito a um insignificante risco de mudança de valor.

#### 2.4 Contas a receber

Referem-se a créditos junto a clientes, decorrentes da prestação de serviços, cursos, consultorias, aluguéis e outros. Os valores a receber só consideram encargos financeiros, atualização monetária ou multa sobre os títulos vencidos quando considerados recuperáveis.

A perda estimada em créditos de liquidação duvidosa é constituída com base nos valores vencidos há mais de 90 (noventa) dias em montante considerado suficiente pela Administração, considerando os riscos envolvidos, para cobrir as perdas prováveis na realização dos créditos.



## 2.5 Receitas a receber - arrecadação

Referem-se a valores a receber da arrecadação compulsória das indústrias filiadas. Os valores a receber só consideram encargos financeiros, atualização monetária ou multa sobre as parcelas vencidas quando considerados recuperáveis.

## 2.6 Estoques

São avaliados pelo custo médio de aquisição que não excede ao valor de mercado ou ao valor líquido de realização, ajustados por provisão para perdas, se necessária.

## 2.7 Depósitos judiciais

Correspondem aos valores depositados em juízo para suportar as discussões relacionadas aos processos trabalhistas, nos quais a "Entidade" configura como ré.

## 2.8 Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo de construção, de aquisição ou custo atribuído ("deemed cost"), deduzido da correspondente depreciação acumulada.

### Adoção do custo atribuído

Em 2013 a "Entidade" adotou o custo atribuído como base de valor e efetuou a revisão da vida útil dos principais itens do ativo imobilizado.

Os valores acrescidos ao ativo imobilizado estão demonstrados a seguir:

<u>Itens</u>	<u>Valor</u>
Terrenos	38.432
Edificações	115.398
Instalações	13.915
<u>Total</u>	<u>167.745</u>

O registro do custo atribuído teve como contrapartida a conta de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido e será realizado através da depreciação ou baixa dos ativos.

A depreciação é calculada de acordo com a vida útil estimada dos bens, utilizando-se o método linear. As taxas anuais usadas para a depreciação do imobilizado são as seguintes:

	<u>Taxa média ponderada anual</u>
Edificações	2,58%
Instalações	2,75%
Benfeitorias	3,75%



	<u>Taxa média ponderada anual</u>
Máquinas e equipamentos	11,57%
Equipamentos de informática	28,70%
Móveis e utensílios	9,62%
Veículos	20,89%
Outros	9,84%

## 2.9 Intangível

O intangível está representado por gastos com aquisição de software, amortizados pelo método linear. Os gastos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas quando incorridos.

## 2.10 Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas até a data do balanço.

## 2.11 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

## 2.12 Provisões para contingências

São constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas, ajustadas e atualizadas até a data do balanço para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição



aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

#### 2.13 Demais passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos até as datas dos balanços patrimoniais.

#### 2.14 Receitas de contribuições

A receita da arrecadação direta e indireta é registrada por estimativa, em regime de competência, tomando por base os valores orçados no mês, ajustando-a no mês subsequente quando do efetivo recebimento, uma vez que não se conhece os valores efetivamente realizados no mês do registro.

#### 2.15 Instrumentos financeiros

##### a) Ativos financeiros

##### Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e como empréstimos e recebíveis. Todos os ativos financeiros são reconhecidos a valor justo, acrescido, no caso de ativos financeiros não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os ativos financeiros da "Entidade" incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, receitas a receber - arrecadação, departamento nacional - conta movimento e convênios e acordos.

##### Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e como empréstimos e contas a receber.

##### Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

A "Entidade" possui ativos financeiros a valor justo por meio do resultado.

##### Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos e determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável.



b) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A “Entidade” avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Uma perda só existe se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” ocorrido) e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

c) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como empréstimos e financiamentos e contas a pagar. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da “Entidade” incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos, departamento nacional - conta movimento, sistema indústria - conta movimento e convênios e acordos.

Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

d) Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

e) Receitas e despesas financeiras

Representam juros e variações monetárias e cambiais ativas/passivas decorrentes de empréstimos e financiamentos, aplicações financeiras e contas a pagar a fornecedores, os quais são reconhecidos nos resultados pelo regime de competência.



## 2.16 Convênios e acordos

Referem-se a direitos e obrigações relativos a convênios e acordos firmados com entidades de direito público ou privado, para prestação de serviços educacionais e assistenciais, cujos recursos serão utilizados na execução dos projetos. Os gastos referentes a convênios e acordos são reconhecidos pelo regime de competência na medida em que os serviços são prestados. Os passivos relativos a convênios e acordos são reconhecidos à medida que recursos são recebidos pela "Entidade" sem que os respectivos serviços aos quais se destinem tenham sido realizados. Após realizados os serviços, os passivos são transferidos para o resultado, a título de receitas de convênios.

## 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Caixa	67	13
Bancos conta movimento	2.765	3.109
Bancos conta movimento - convênios e acordos	11	28
Aplicações financeiras	123.556	103.668
Aplicações financeiras – convênios e acordos	3.582	6.823
Total	<u><u>129.981</u></u>	<u><u>113.641</u></u>

As aplicações financeiras são representadas por Certificados de Depósitos Bancários (CDBs). No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, as aplicações financeiras foram remuneradas com taxas entre 94% a 100% (31/12/2016 - 94% a 100%) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Os rendimentos das aplicações dos recursos oriundos de convênios são creditados nas contas do passivo dos respectivos convênios.

## 4. CONTAS A RECEBER

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Clientes	12.751	9.807
Cheques em cobrança	12	14
Subtotal	<u>12.763</u>	<u>9.821</u>
Provisão para perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	(4.621)	(3.565)
Total	<u><u>8.142</u></u>	<u><u>6.256</u></u>

Os valores a receber só consideram encargos financeiros, atualização monetária ou multa sobre as parcelas vencidas quando considerados recuperáveis.





#### 5. RECEITAS A RECEBER - ARRECADAÇÃO

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Arrecadação direta	7.192	8.217
Arrecadação indireta	4.762	3.571
Apropriação sobre 13º salário - arrecadação indireta	3.952	4.194
Subtotal	<u>15.906</u>	<u>15.982</u>
Provisão para perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	(76)	(812)
Total	<u><u>15.830</u></u>	<u><u>15.170</u></u>

Os valores a receber só consideram encargos financeiros, atualização monetária ou multa sobre as parcelas vencidas quando considerados recuperáveis.

#### 6. DEPARTAMENTO NACIONAL - CONTA MOVIMENTO

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
<u>Ativo</u>		
Departamento Nacional - outros reembolsos	2.975	2.978
Departamentos Regionais	90	199
Total	<u><u>3.065</u></u>	<u><u>3.177</u></u>
<u>Passivo</u>		
Departamento Nacional – arrecadação	6.303	6.524
Departamentos Regionais	62	56
Total	<u><u>6.365</u></u>	<u><u>6.580</u></u>

Estas rubricas referem-se a registros das operações de contas correntes entre os Departamentos Regionais e o Departamento Nacional da mesma "Entidade".



## 7. IMOBILIZADO

	Terrenos	Edificações	Instalações	Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Equipamentos de informática	Móveis	Veículos	Outros	Construções em andamento	Imobilizações em andamento	Total
<b>CUSTO</b>										(a)		
Saldos em 31.12.2015	42.709	161.539	19.679	6.522	13.367	10.944	5.459	6.393	886	92.065	4.878	364.441
Adições	500	-	729	67	984	130	1.925	-	7	33.943	1.229	39.514
Baixas	-	-	-	-	(18)	(4)	(5)	(58)	-	(645)	-	(730)
Transferências	-	93	-	-	456	3.404	38	-	13	602	(4.606)	-
Saldos em 31.12.2016	43.209	161.632	20.408	6.589	14.789	14.474	7.417	6.335	906	125.965	1.501	403.225
Adições	-	-	993	494	1.764	748	429	-	62	9.233	3.881	17.604
Baixas	-	(2.388)	(75)	(252)	(820)	(1.462)	(425)	(2)	(12)	(419)	(109)	(5.964)
Transferências	-	56.127	138	49	40	230	(262)	-	565	(55.761)	(1.126)	-
Saldos em 31.12.2017	43.209	215.371	21.464	6.880	15.773	13.990	7.159	6.333	1.521	79.018	4.147	414.865
<b>DEPRECIACÃO</b>												
Saldos em 31.12.2015	-	(18.320)	(5.309)	(3.319)	(8.092)	(7.346)	(2.715)	(4.716)	(381)	-	-	(50.198)
Depreciação do período	-	(1.129)	(563)	(467)	(1.022)	(1.309)	(547)	(804)	(85)	-	-	(5.926)
Baixas	-	-	-	-	11	4	3	58	-	-	-	76
Transferências	-	(68)	155	640	(480)	94	(115)	(106)	(120)	-	-	-
Saldos em 31.12.2016	-	(19.517)	(5.717)	(3.146)	(9.583)	(8.557)	(3.374)	(5.568)	(586)	-	-	(56.408)
Depreciação do período	-	(317)	(631)	(502)	(1.133)	(1.149)	(617)	(602)	(102)	-	-	(5.053)
Baixas	-	730	75	119	724	1.455	391	2	10	-	-	3.506
Transferências	-	-	-	-	-	-	27	-	(27)	-	-	-
Saldos em 31.12.2017	-	(19.104)	(6.273)	(3.529)	(9.992)	(8.251)	(3.573)	(6.168)	(705)	-	-	(57.595)
<b>VALOR LÍQUIDO</b>												
Saldos em 31.12.2016	43.209	142.115	14.691	3.443	5.206	5.917	4.043	767	320	125.965	1.501	347.177
Saldos em 31.12.2017	43.209	196.267	15.191	3.351	5.781	5.739	3.586	165	816	79.018	4.147	357.270

(a) Refere-se à construção de novas unidades e expansão de unidades já construídas, cuja conclusão está prevista para o ano de 2018, além da aquisição de mobiliário e equipamentos de informática para estas unidades.



## 8. FORNECEDORES

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Fornecedores de materiais	604	553
Fornecedores de serviços	10.257	7.488
Fornecedores de ativo fixo - processos em andamento (a)	1.101	439
Total	<u>11.962</u>	<u>8.480</u>

(a) Referem-se às imobilizações em andamento cujos contratos já estavam formalizados junto aos fornecedores.

## 9. SALÁRIOS, PROVISÕES E ENCARGOS A PAGAR

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Provisões para férias e encargos	4.090	4.985
Salários a pagar	-	1
INSS sobre salários	1.197	1.262
INSS retido de terceiros	163	131
FGTS	470	463
PIS	76	75
Provisões para previdência complementar	152	124
Outros	1	2
Total	<u>6.149</u>	<u>7.043</u>

## 10. CONVÊNIOS E ACORDOS

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Ford Motor Company	1.665	2.213
Dep. Nacional Projeto da indústria da construção civil	-	468
Petróleo Brasileiro S/A (FAFEN-BA)	38	237
Fomento PNSST	-	324
Projeto Suzano	667	610
DN PR 258094 Soluções Integ. Prev. DCNT	528	-
The Resource Foundation	330	299
DN PR 258081 Rede SESI Viva	300	-
DN PR 258822 Adequação Metodológica NR 12	218	-
Petrobrás Petróleo	49	-
DN PR 258751 Atend. Integ. Em Segur Saúde	216	-
CN PR Centro de Referência em SST	200	-
DN PR 258802 Pro. Gestão SST Terceirizada	186	-
PR CN Vira Vida CNI	125	-



	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
DN PR 258726 Operc. Const a Segurança	59	-
DN PR FIOH 2	1.546	795
Companhia Quimica Metacril	-	365
Projeto Vira Vida	-	123
Projeto DN Atenção Integrada Controle DME	63	132
Projeto Nova Política de Fomento para PPRA	11	168
DN PR 185688 Melhoria Atuação	69	-
DN PR Implantação de CRM	-	118
DN PR 262309 Alinhamento Sistemico da G	58	-
DN PR 185650 Atuação Integrasa	39	-
SESI – Serviço Social da Industria	22	-
Outros	96	669
Total	<u>6.485</u>	<u>6.521</u>

Nessa rubrica estão registrados os valores de convênios firmados com entidades de direito público ou privado, para prestação de serviços educacionais e assistenciais, cujos recursos, recebidos dos parceiros, serão utilizados na execução dos projetos.

O objetivo dos principais projetos e convênios é a contribuição para a indústria na prestação de serviços em qualidade de vida e educação. Os principais contratos e projetos são: o atendimento à Ford Motors em Responsabilidade Social com atendimento em odontologia e educação; projetos e auxílio à Produção fomentada pelo Departamento Nacional: Programa Nacional da Construção Civil (PNSST) com ações de segurança e saúde no trabalho voltado para a indústria da construção civil, Instituto de Saúde e Inovação (ISI) e o projeto de absenteísmo.

## 11. FATURAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO FUTURO

Correspondem aos pagamentos antecipados de clientes por serviços a serem prestados, os quais serão apropriados para a receita de acordo com a competência na realização dos serviços. Em 31 de dezembro de 2017, a "Entidade" possuía obrigações por prestação de serviço futuro no montante de R\$ 4.080 (31/12/2016 - R\$ 3.288).

## 12. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Administração da "Entidade", consubstanciada na opinião de seus assessores jurídicos, classificou os processos judiciais em curso de acordo com o grau de risco de perda e entende que as provisões constituídas, registradas no balanço, são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas, conforme segue:



	Classificação do Risco de Perda dos Processos			
	Remoto	Possível	Provável	Total
Administrativos e cíveis (a)	-	3.187	2.376	5.563
Trabalhistas (b)	-	6.791	3.725	10.516
Fiscais (c)	-	43	1.564	1.607
Total em 31/12/2017	-	10.021	7.665	17.686
Total em 31/12/2016	40	12.752	6.385	19.177

- (a) Referem-se substancialmente a ações envolvendo a cobrança de danos morais e materiais por conta de acidente de trânsito. Baseada na opinião de seus assessores jurídicos, a Administração mantém registrada provisão para fazer face às perdas consideradas como prováveis no montante estimado de R\$ 2.376 (31/12/2016 - R\$ 2.061).
- (b) Referem-se a ações movidas por ex-empregados da "Entidade" e por ex-empregados de seus prestadores de serviços (responsabilidade solidária) envolvendo a cobrança de parcelas indenizatórias e outras. Baseada na opinião de seus assessores jurídicos, a Administração mantém registrada provisão para fazer face às perdas consideradas como prováveis no montante estimado de R\$ 3.725 (31/12/2016 - R\$ 2.919) e depósitos judiciais, para fazer frente às ações trabalhistas, no montante de R\$ 1.023 (31/12/2016 - R\$ 700).
- (c) Referem-se basicamente a autos de infrações de contribuições previdenciárias (INSS) lavrados contra a "Entidade" no ano de 2008, os quais a Administração, com base na opinião dos seus assessores jurídicos, constituiu provisão no montante das perdas prováveis estimado em R\$ 1.564 (31/12/2016 - R\$ 1.405).

### 13. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

O Plano de Benefícios PREVIND concebido em 1987 para seus empregados, no modelo "benefício definido" vigorou até março/2001, quando foi implantado o novo Plano PLANPREV na modalidade "contribuição definida". Os participantes do PREVIND que não migraram para o PLANPREV permaneceram contribuindo para o plano e, atualmente, todos os participantes existentes no PREVIND estão na condição de aposentados e recebendo benefícios, conforme regulamento.

As contribuições ao PLANPREV efetuadas pela "Entidade" até 31 de dezembro de 2017 foram de R\$ 889 (31/12/2016 - R\$ 888), conforme plano de benefícios estabelecido.

A Avaliação Atuarial para os planos PREVIND e PLANPREV, referente à data-base de 31 de dezembro de 2017, foi realizada pela Mercer Human Resource Consulting Ltda., em 31 de janeiro de 2018, apresentando situação financeiro-atuarial superavitária.



Conforme previsto na Avaliação Atuarial de 31 de dezembro de 2016, o plano PLANPREV possuía, naquela data, um Fundo Previdencial de Resíduos de Resgate, no montante de R\$ 2.207. Esse Fundo é constituído por parcelas não resgatadas pelos participantes que se desligaram do plano, em decorrência do término do vínculo empregatício com a patrocinadora, e que não haviam atingido as condições de elegibilidade para qualquer benefício do plano, optando pelo resgate de suas contribuições.

A Administração da “Entidade”, consoante com as possibilidades de utilização do Fundo, optou por utilizar o saldo desse Fundo para compensação de contribuições futuras devidas pela Entidade. Assim, em abril de 2017 o montante de R\$ 2.207 foi registrado no ativo não circulante e no resultado do período na conta “Outras receitas correntes”. A partir dessa competência, o valor das contribuições da patrocinadora, devidas pelo SESI, passou a ser liquidado com o saldo registrado no ativo. Até 31 de dezembro de 2017 havia sido utilizado o montante de R\$ 600.

De acordo com o relatório atuarial do exercício de 2017, o referido fundo previdencial apresentou, em 31 de dezembro de 2017, o saldo de R\$ 2.059. A entidade reconheceu, no resultado do exercício, o valor de R\$ 452, atualizando o saldo contábil do ativo não circulante.

#### 14. SEGUROS

Os bens da “Entidade” estão segurados por valores que a Administração considerou suficientes para cobertura dos eventuais riscos. A especificação por modalidade de risco e a importância segurada das principais apólices, de acordo com os corretores de seguros contratados pela “Entidade”, está demonstrada a seguir:

Modalidade do seguro	Vigência	Importância segurada
Responsabilidade civil de danos materiais	26/09/17 a 26/09/18	151.619
Equipamentos eletrônicos	26/09/17 a 26/09/18	100
Responsabilidade civil empregador	26/09/17 a 26/09/18	500
Responsabilidade civil operações	26/09/17 a 26/09/18	1.000
Alagamento	26/09/17 a 26/09/18	50
Danos elétricos	26/09/17 a 26/09/18	100
Fidelidade	26/09/17 a 26/09/18	30
Roubo de bens	26/09/17 a 26/09/18	80
Roubo de valores	26/09/17 a 26/09/18	30
Roubo de valores em mãos de portadores	26/09/17 a 26/09/18	3

Os seguros são contratados pela “Entidade” conforme as respectivas políticas vigentes para gerenciamento de riscos e seguros.



As premissas de riscos adotadas, dadas a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis. Consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

#### 15. RECEITA DE SERVIÇOS

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Saúde ocupacional	18.968	18.813
Médicos ambulatoriais	305	195
Odontológicos	7.151	6.290
Serviços educacionais (a)	23.567	12.705
Serviços de saúde diversos	1.256	1.193
Lazer físico-esportivo	4.780	3.885
Lazer social	1.002	1.024
Lazer artístico	353	248
Outros	2.408	2.927
Total	<u>59.790</u>	<u>47.280</u>

(a) O aumento na receita de serviços educacionais deve-se ao crescimento do número de alunos na Rede SESI de Educação, em 2017, com a implantação de três novas escolas localizadas em Barreiras, Feira de Santana e Ilhéus, bem como a entrada de novos alunos nas escolas localizadas em Salvador (Piatã e Retiro), Sudoeste e Luís Eduardo Magalhães.

#### 16. OUTRAS RECEITAS CORRENTES

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Planprev - Fundo de Previdência (nota 13)	2.207	-
Recuperação de despesas (a)	2.587	1.754
Multas e juros de mora	1.169	295
Outras	212	151
Total	<u>6.175</u>	<u>2.200</u>

(a) O aumento da recuperação de despesas tem origem no crescimento do número de alunos na Rede SESI de Educação, em 2017, que resultou na aquisição de maior quantidade de material didático reembolsado pelos alunos.



## 17. GERENCIAMENTO DE RISCOS

As políticas de gerenciamento de risco da “Entidade” são estabelecidas de forma a identificar e analisar os riscos relevantes enfrentados pela “Entidade”, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. A entidade adota procedimentos para revisão dos riscos a que está exposta, a fim de refletir mudanças no mercado e nas atividades. A “Entidade”, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

A Administração da “Entidade” controla o acesso aos mercados financeiros, além de monitorar e administrar os riscos financeiros relacionados às suas operações por meio de relatórios internos.

Os principais riscos a que a “Entidade” está exposta na condução das suas atividades são:

### Risco de crédito

O risco surge da possibilidade de a “Entidade” vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a “Entidade” monitora periodicamente as contas a receber de clientes.

### Risco de perda da arrecadação compulsória

O risco surge da possibilidade de a “Entidade” vir a incorrer em redução resultante da arrecadação compulsória.

## 18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros referentes aos ativos e passivos da “Entidade” em 31 de dezembro de 2017 equivalem, aproximadamente, aos seus valores de mercado e estão devidamente apresentados. Os efeitos de ganhos e perdas são reconhecidos no resultado à medida que são auferidos e incorridos.

A “Entidade” não opera nem negocia instrumentos financeiros derivativos.

\* \* \* \* \*